

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	21
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	25
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.298
Preferenciais	0
Total	11.298
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	03/01/2012	Dividendo	18/01/2012	Ordinária		0,88509
Reunião de Diretoria	15/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2012	Ordinária		2,30123
Reunião de Diretoria	29/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	15/06/2012	Ordinária		1,78789
Reunião de Diretoria	19/09/2012	Dividendo	05/10/2012	Ordinária		0,25169

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.317.359	1.223.232	1.050.296
1.01	Ativo Circulante	442.885	357.178	122.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.401	24.268	98.725
1.01.02	Aplicações Financeiras	385.556	322.144	11.090
1.01.03	Contas a Receber	11.483	7.960	10.051
1.01.03.01	Clientes	0	0	1.508
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.483	7.960	8.543
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	10.510	7.169	8.543
1.01.03.02.20	Outras contas a receber	973	791	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.445	2.806	3.086
1.02	Ativo Não Circulante	874.474	866.054	927.344
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.690	2.680	1.518
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	31	1.243	65
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.659	1.437	1.453
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	763	763	763
1.02.01.09.20	Outros Ativos Não Circulantes	896	674	690
1.02.02	Investimentos	850.890	840.847	902.564
1.02.02.01	Participações Societárias	823.078	819.462	884.029
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	821.865	818.193	882.907
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.213	1.269	1.122
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	27.812	21.385	18.535
1.02.03	Imobilizado	21.429	22.012	22.805
1.02.04	Intangível	465	515	457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.317.359	1.223.232	1.050.296
2.01	Passivo Circulante	2.721	44.923	1.835
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	985	837	867
2.01.03	Obrigações Fiscais	597	468	490
2.01.05	Outras Obrigações	1.139	43.618	478
2.01.05.02	Outros	1.139	43.618	478
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	54	0	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	43.143	0
2.01.05.02.04	Outros	1.085	475	442
2.02	Passivo Não Circulante	79.066	69.750	11.646
2.02.02	Outras Obrigações	30	30	30
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	30	30	30
2.02.03	Tributos Diferidos	78.455	69.139	11.035
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.455	69.139	11.035
2.02.04	Provisões	581	581	581
2.02.04.02	Outras Provisões	581	581	581
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	581	581	581
2.03	Patrimônio Líquido	1.235.572	1.108.559	1.036.815
2.03.01	Capital Social Realizado	600.000	600.000	350.000
2.03.04	Reservas de Lucros	626.472	499.576	678.372
2.03.04.01	Reserva Legal	43.812	9.052	26.127
2.03.04.10	Reserva para Investimentos	582.660	490.524	652.245
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.100	8.983	8.443

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	139.903	201.801	103.119
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.262	-25.384	-21.275
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	116.582	11.376	16.825
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-72.646	-110	-2.758
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	123.229	215.919	110.327
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	139.903	201.801	103.119
3.06	Resultado Financeiro	42.082	37.353	10.055
3.06.01	Receitas Financeiras	64.687	37.360	10.127
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.605	-7	-72
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	181.985	239.154	113.174
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.315	-58.106	-1.864
3.08.01	Corrente	0	-58.106	-1.864
3.08.02	Diferido	-9.315	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	172.670	181.048	111.310
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	172.670	181.048	111.310
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	15,28324	16,02478	9,85219

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	172.670	181.048	111.310
4.02	Outros Resultados Abrangentes	533	955	-790
4.03	Resultado Abrangente do Período	173.203	182.003	110.520

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65.094	62.622	49.534
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.099	256	-2.470
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	172.670	181.048	111.310
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.030	1.036	910
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-123.229	-215.919	-110.327
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social	9.315	58.106	1.697
6.01.01.05	Avaliação de Propriedade para Investimento	-6.427	-2.805	-4.750
6.01.01.06	Ganho na Venda de Investimentos	-29.656	0	-1.360
6.01.01.08	Ajuste de Avaliação a valor de mercado de aplicação em ações	-11.799	-21.210	50
6.01.01.09	Outros	2.195	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	50.995	62.366	52.004
6.01.02.01	Dividendos Recebidos	51.391	62.015	52.246
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	361	280	-1.091
6.01.02.03	Outros Créditos	-1.644	66	-287
6.01.02.04	Outros Obrigações	887	5	1.136
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	43.328	-69.911	-713
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-63.412	-69.351	1.158
6.02.02	Adiantamentos Concedidos a Partes Relacionadas	0	-1.178	-894
6.02.03	Imobilizado e Intangível	-397	-442	-1.125
6.02.04	Venda de Investimentos	100.500	0	3.897
6.02.05	Adições em Investimentos	6.348	-750	-3.749
6.02.06	Redução de capital de investida	284	1.700	0
6.02.07	Redução de investimento e imobilizado	5	110	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-89.289	-67.168	-51.747
6.03.02	Recompra de Ações - Em Tesouraria	0	0	-6.759
6.03.03	Dividendos e JCP Pagos	-89.289	-67.168	-44.988
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.133	-74.457	-2.926
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.268	98.725	101.651
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.401	24.268	98.725

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.000	0	499.577	0	8.983	1.108.560
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	9	0	9
5.02.01	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	9	0	9
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.000	0	499.577	9	8.983	1.108.569
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-46.200	0	-46.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-46.200	0	-46.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.086	117	173.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	172.670	0	172.670
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	416	117	533
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Investida	0	0	0	0	533	533
5.05.02.07	Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	0	0	0	416	-416	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	126.895	-126.895	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	126.895	-126.895	0	0
5.07	Saldos Finais	600.000	0	626.472	0	9.100	1.235.572

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	0	678.372	0	8.443	1.036.815
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	0	678.372	0	8.443	1.036.815
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	-317.172	-43.103	0	-110.275
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	-250.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-61.172	0	0	-61.172
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.000	0	0	-6.000
5.04.08	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-43.103	0	-43.103
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	181.479	540	182.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	181.048	0	181.048
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	416	540	956
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Investida	0	0	0	0	956	956
5.05.02.07	Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	0	0	0	416	-416	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15	0	15
5.05.03.02	Reversão de dividendos prescritos	0	0	0	15	0	15
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	138.376	-138.376	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	138.376	-138.376	0	0
5.07	Saldos Finais	600.000	0	499.576	0	8.983	1.108.559

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	9.313	608.994	0	9.726	978.033
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	9.313	608.994	0	9.726	978.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.313	-9.946	-32.479	0	-51.738
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.759	0	0	0	-6.759
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-32.500	0	-32.500
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	21	0	21
5.04.10	Aprovação de Dividendos	0	-12.500	0	0	0	-12.500
5.04.11	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	9.946	-9.946	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.803	-1.283	110.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.310	0	111.310
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	493	-1.283	-790
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-790	-790
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	493	-493	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	79.324	-79.324	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	79.324	-79.324	0	0
5.07	Saldos Finais	350.000	0	678.372	0	8.443	1.036.815

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.159	-4.449	-2.291
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.159	-4.449	-2.291
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.159	-4.449	-2.291
7.04	Retenções	-1.030	-1.036	-910
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.030	-1.036	-910
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.189	-5.485	-3.201
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	231.852	264.544	133.198
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	123.229	215.919	110.327
7.06.02	Receitas Financeiras	64.687	37.360	10.127
7.06.03	Outros	43.936	11.265	12.744
7.06.03.01	Receita de Royalties	5.128	4.670	4.359
7.06.03.02	Propriedades para Investimentos	6.426	2.805	4.750
7.06.03.03	Receita de Aluguéis	4.209	3.736	2.973
7.06.03.04	Outras Liquidas	28.173	54	662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	224.663	259.059	129.997
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	224.663	259.059	129.997
7.08.01	Pessoal	15.726	14.069	12.690
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.127	9.845	9.059
7.08.01.02	Benefícios	4.235	3.835	3.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	364	389	311
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.080	61.306	4.835
7.08.02.01	Federais	13.015	61.227	4.759
7.08.02.02	Estaduais	39	59	42
7.08.02.03	Municipais	26	20	34
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.187	2.636	1.162
7.08.03.03	Outras	23.187	2.636	1.162
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	22.605	7	72
7.08.03.03.02	Outras	0	2.099	652
7.08.03.03.03	Despesas com Aluguéis e Condomínios	582	530	438

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	172.670	181.048	111.310
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	6.000	0
7.08.04.02	Dividendos	46.200	61.172	32.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	126.470	113.876	78.810

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.317.491	1.223.402	1.050.474
1.01	Ativo Circulante	443.028	357.303	123.396
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.448	24.328	99.121
1.01.02	Aplicações Financeiras	385.556	322.144	11.090
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	385.556	322.144	11.090
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	385.556	322.144	11.090
1.01.03	Contas a Receber	11.487	7.965	10.053
1.01.03.01	Clientes	977	796	1.510
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.510	7.169	8.543
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	10.510	7.169	8.543
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.537	2.866	3.132
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	2.866	3.132
1.02	Ativo Não Circulante	874.463	866.099	927.078
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.272	11.348	11.184
1.02.01.04	Estoques	10.582	9.700	9.700
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	31	211	31
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	31	211	31
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.659	1.437	1.453
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	896	674	690
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	763	763	763
1.02.02	Investimentos	840.259	831.297	891.701
1.02.02.01	Participações Societárias	812.447	809.912	873.166
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	795.840	808.300	871.701
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	16.607	1.612	1.465
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	27.812	21.385	18.535
1.02.02.02.01	Outros Investimentos	0	21.385	18.535
1.02.03	Imobilizado	21.467	22.939	23.736
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	22.939	23.736
1.02.04	Intangível	465	515	457

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
-----------------	--------------------	--------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------

1.02.04.01	Intangíveis	465	515	457
------------	-------------	-----	-----	-----

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.317.491	1.223.402	1.050.474
2.01	Passivo Circulante	2.853	45.093	2.013
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas			983
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.077	922	983
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.077	922	550
2.01.05	Outras Obrigações	688	552	36
2.01.05.02	Outros	418	43.143	36
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	418	43.143	36
2.01.05.02.04	Outros	54	43.143	0
2.01.06	Provisões	364	0	444
2.01.06.02	Outras Provisões	670	476	444
2.02	Passivo Não Circulante	670	476	11.646
2.02.02	Outras Obrigações	79.066	69.750	611
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	611	611	30
2.02.02.02	Outros	30	30	581
2.02.02.02.03	Outros	581	581	581
2.02.03	Tributos Diferidos	0	581	11.035
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.455	69.139	11.035
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	78.455	69.139	1.036.815
2.03.01	Capital Social Realizado	1.235.572	1.108.559	350.000
2.03.04	Reservas de Lucros	600.000	600.000	678.372
2.03.04.01	Reserva Legal	626.472	499.576	0
2.03.04.10	Reserva para Investimentos	43.812	0	678.372
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	582.660	499.576	8.443
		9.100	8.983	

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.304	0	0
3.03	Resultado Bruto	1.304	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	138.594	201.797	103.117
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.741	-27.816	-22.029
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	116.591	168.312	17.448
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-72.581	-110	-2.842
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	124.325	61.411	110.540
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	139.898	201.797	103.117
3.06	Resultado Financeiro	42.087	37.357	10.073
3.06.01	Receitas Financeiras	64.692	37.366	10.145
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.605	-9	-72
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	181.985	239.154	113.190
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.315	-58.106	-1.880
3.08.01	Corrente	0	-58.106	-1.880
3.08.02	Diferido	-9.315	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	172.670	181.048	111.310
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	172.670	181.048	111.310
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	172.670	181.048	111.310
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	15,28324	16,02478	9,85219

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	172.670	181.048	111.310
4.02	Outros Resultados Abrangentes	533	955	-790
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	173.203	182.003	110.520
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	173.203	182.003	110.520

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	63.935	64.423	48.355
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.944	3.763	-2.546
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	172.670	181.048	111.310
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.036	1.043	919
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-124.325	-61.411	-110.540
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social	9.315	58.104	1.697
6.01.01.05	Avaliação de Propriedade para Investimento	-6.427	-2.805	-4.750
6.01.01.06	Ganho na Venda de Investimento	-29.656	-151.006	-1.232
6.01.01.08	Ajuste de Avaliação a valor de mercado de aplicação em ações	-11.799	-21.210	50
6.01.01.09	Outros	2.130	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	50.991	60.660	50.901
6.01.02.01	Dividendos Recebidos	51.391	65.150	52.246
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	328	266	-1.092
6.01.02.03	Outros Créditos	-1.642	-2.361	-1.511
6.01.02.04	Outras Obrigações	914	-2.395	1.258
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	42.296	-72.048	839
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-63.412	-296.962	1.158
6.02.02	Adiantamentos Concedidos a Partes Relacionadas	-1.032	-180	-375
6.02.03	Imobilizado e Intangível	-397	-442	-1.265
6.02.04	Venda de Investimento	100.500	224.586	3.897
6.02.05	Adições em Investimentos	6.348	-750	-2.576
6.02.06	Redução de capital de investida	284	1.700	0
6.02.07	Redução de Investimento e Imobilizado	5	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-87.111	-67.168	-51.747
6.03.02	Recompra de Ações - Em Tesouraria	0	0	-6.759
6.03.03	Dividendos Pagos	-89.289	-67.168	-44.988
6.03.04	Constituição e Aumento de Capital	2.178	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.120	-74.793	-2.553
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.328	99.121	101.674

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
-----------------	--------------------	---	--	--

6.05.02 Saldo Final de Caixa e Equivalentes

43.448

24.328

99.121

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	600.000	0	499.577	0	8.983	1.108.560	0	1.108.560
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	9	0	9	0	9
5.02.01	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	9	0	9	0	9
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.000	0	499.577	9	8.983	1.108.569	0	1.108.569
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-46.200	0	-46.200	0	-46.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-46.200	0	-46.200	0	-46.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.086	117	173.203	0	173.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	172.670	0	172.670	0	172.670
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	416	117	533	0	533
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Investida	0	0	0	0	533	533	0	533
5.05.02.07	Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	0	0	0	416	-416	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	126.895	-126.895	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	126.895	-126.895	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	600.000	0	626.472	0	9.100	1.235.572	0	1.235.572

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	350.000	0	678.372	0	8.443	1.036.815	0	1.036.815
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	15	0	15	0	15
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	0	678.372	15	8.443	1.036.830	0	1.036.830
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	-317.172	-43.103	0	-110.275	0	-110.275
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	-250.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-61.172	0	0	-61.172	0	-61.172
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.000	0	0	-6.000	0	-6.000
5.04.08	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-43.103	0	-43.103	0	-43.103
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	181.464	540	182.004	0	182.004
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	181.048	0	181.048	0	181.048
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	416	540	956	0	956
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Investida	0	0	0	0	956	956	0	956
5.05.02.07	Custo do Ativo Imobilizado	0	0	0	416	-416	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	138.376	-138.376	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	138.376	-138.376	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	600.000	0	499.576	0	8.983	1.108.559	0	1.108.559

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	350.000	9.313	608.994	0	9.726	978.033	0	978.033
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	9.313	608.994	0	9.726	978.033	0	978.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.313	-9.946	-32.479	0	-51.738	0	-51.738
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.759	0	0	0	-6.759	0	-6.759
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-32.500	0	-32.500	0	-32.500
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	21	0	21	0	21
5.04.09	Aprovação de Dividendos	0	-12.500	0	0	0	-12.500	0	-12.500
5.04.10	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	9.946	-9.946	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.803	-1.283	110.520	0	110.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.310	0	111.310	0	111.310
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	493	-1.283	-790	0	-790
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-790	-790	0	-790
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	493	-493	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	79.324	-79.324	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	79.324	-79.324	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	350.000	0	678.372	0	8.443	1.036.815	0	1.036.815

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.304	1.040	832
7.01.02	Outras Receitas	0	1.040	832
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.374	-4.761	-2.440
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.374	-4.761	-2.440
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.070	-3.721	-1.608
7.04	Retenções	-1.037	-1.043	-919
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.037	-1.043	-919
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.107	-4.764	-2.527
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	233.027	266.026	132.871
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	124.325	61.411	110.540
7.06.02	Receitas Financeiras	64.692	37.366	10.145
7.06.03	Outros	44.010	167.249	12.186
7.06.03.01	Receita de Royalties	5.128	4.670	4.359
7.06.03.02	Propriedade para Investimentos	6.426	2.805	4.750
7.06.03.03	Receita de Aluguéis	4.209	3.736	2.973
7.06.03.04	Outras Líquidas	28.247	156.038	104
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	226.920	261.262	130.344
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	226.920	261.262	130.344
7.08.01	Pessoal	17.596	15.719	13.129
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.865	11.378	9.223
7.08.01.02	Benefícios	4.351	3.938	3.442
7.08.01.03	F.G.T.S.	380	403	464
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.467	61.803	4.722
7.08.02.01	Federais	13.400	61.675	4.638
7.08.02.02	Estaduais	39	59	50
7.08.02.03	Municipais	28	69	34
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.187	2.692	1.183
7.08.03.03	Outras	23.187	2.692	1.183
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	22.605	9	72

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.03.02	Outras	0	2.153	673
7.08.03.03.03	Despesas com Aluguéis e Condomínios	582	530	438
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	172.670	181.048	111.310
7.08.04.02	Dividendos	46.200	43.103	32.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	126.470	137.945	78.810

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas:**

Em cumprimento à Lei e às disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas por parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

A Monteiro Aranha S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, que tem como atividades principais: a participação societária em outras empresas; o investimento de recursos próprios em instrumentos do mercado financeiro; a participação acionária em empreendimentos industriais e comerciais; a estruturação e participação em incorporações imobiliárias; a compra, venda e manutenção de imóveis para aluguel; a captação e administração de recursos de terceiros para incorporações imobiliárias.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Dando seguimento à estratégia de aperfeiçoar seus veículos de investimento em participações societárias e no mercado acionário, através de fundos de investimento, a Monteiro Aranha S.A. detinha, ao final de 2012, a seguinte estrutura de fundos: (i) FIC Oslo (fundo de investimento em cotas de fundo de investimento), que é detentor da totalidade das cotas do FIP Petra (fundo de investimento em participações societárias), do FIA Bucareste (fundo de investimento em ações) e do FIA Bucareste II (fundo de investimento em ações) e, (ii) Fundo Bucareste III (fundo de investimento em ações) este não participando da estrutura do FIC Oslo citado anteriormente, e sob gestão profissional diferente das dos fundos Bucareste e Bucareste II. Ao FIP Petra atribuiu-se as participações detidas pela Companhia nas empresas Novo Rio Empreendimentos Imobiliários S.A., Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S. A. e Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. A estruturação do FIP permite que a Companhia busque co-investidores e realize novos investimentos e desinvestimentos nas empresas em questão e em outras que venham a ser adquiridas ou constituídas no desenvolvimento de negócios imobiliários. A estruturação do FIA permite que a Companhia faça aplicações em ações listadas na bolsa de valores com máxima eficiência operacional e com a orientação de gestores profissionais.

CONTEXTO DE NEGÓCIOS EM 2012

Durante o ano de 2012, a Monteiro Aranha S.A. se beneficiou do excelente desempenho dos preços das ações das duas companhias onde a empresa detém cerca de 80% de seus investimentos: Ultrapar S. A. e Klabin S.A. A rentabilidade do investimento da Monteiro Aranha nas ações da Ultrapar em 2012 (considerando proventos) foi de 43,6% e na Klabin de 67,2%. O valor de mercado dos dois investimentos aumentou em R\$ 747 milhões durante o ano.

Relatório da Administração

Em março de 2012 a Monteiro Aranha S.A. alienou 11.952.100 ações preferências da Klabin S.A., por R\$101 milhões, representando uma redução de 1,30% na participação do capital social que a Monteiro Aranha S.A. detinha naquela empresa. A liquidez oriunda dessa operação foi direcionada para estrutura de fundos da empresa, buscando a diversificação de investimentos em incorporações imobiliárias e no mercado de capitais, com uma carteira diversificada de ações com alto pagamento de dividendos.

INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES

Klabin S.A.

A Monteiro Aranha S.A. encerrou 2012 detendo 63.458.605 ações ordinárias da Klabin S.A., representando 20,02% do capital votante e 21.183.878 ações preferenciais, representando 3,52% do total das ações preferenciais. A soma dessas participações perfazia 9,22% do capital total da Klabin S.A. No decorrer de 2012, houve a alienação de 11.952.100 ações preferências, o que ocasionou redução de 1,30% na participação do capital social da Klabin S.A. que era de 10,52%, ao final de 2011. A Klabin S.A. apresentou receita líquida de R\$ 4,2 bilhões em 2012, representando um crescimento de 7% sobre a receita líquida do ano anterior. O EBITDA totalizou R\$ 1.352 milhões, 31% acima do observado em 2011 que foi R\$ 1.028 milhões. O endividamento bruto consolidado ao final de 2012 foi de R\$ 6.035 milhões com 19% vencendo no curto prazo e 72% denominados em moeda estrangeira. O caixa e aplicações financeiras de R\$ 2.757 milhões eram suficientes para amortizar os financiamentos a vencer nos 33 meses seguintes. A relação dívida líquida/EBITDA era de 2,4 vezes ao final de 2012, índice de endividamento bastante conservador. Durante o ano foram pagos dividendos de R\$ 275 milhões, cabendo à Monteiro Aranha R\$ 25,3 milhões. As ações preferenciais da Klabin apresentaram uma valorização de 59,9% em 2012, subindo de R\$ 8,00 ao final de 2011 para R\$ 12,79 ao final de 2012. Comportamento acompanhado pelas as ações ordinárias que apresentaram valorização de 79% no mesmo período variando de R\$ 6,87 para R\$ 12,30.

Ultrapar Participações S.A.

Ao final de 2012, a Monteiro Aranha S.A. possuía 24.898.100 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A., representando 4,57% do capital total da empresa. Em 2012, a receita líquida da Ultrapar foi de R\$ 53,9 bilhões, com crescimento de 11% em relação ao ano anterior. No mesmo período o EBITDA totalizou R\$ 2,4 bilhões crescendo 18% quando comparado a 2011. A Ultrapar pôde mais uma vez beneficiar-se da estratégia de ampliação e modernização de sua rede de distribuição de gás e combustíveis, em conjunto com a busca do aumento de capacidade e produtividade, em todas as suas atividades. Junte-se a isso, ações de captura de novos clientes, o significativo aumento de 8% da frota de veículos leves observado no Brasil durante o ano, a política de redução de despesas, e o melhor mix de vendas praticado, e justifica-se a expressiva melhoria em seus resultados. Os recursos totais investidos somaram, em 2012, R\$ 1,1 bilhão, líquidos de desinvestimento, sendo R\$ 1,3 bilhão direcionado a investimentos orgânicos e R\$ 0,2 bilhão destinados a aquisições. A dívida líquida da

Relatório da Administração

empresa no final de 2012 era de R\$ 3,1 bilhões, representando um múltiplo de EBITDA de apenas 1,3 vezes. O plano de investimentos para 2013 contempla investimentos de R\$ 1.437 milhões que buscam o crescimento por escala, os ganhos de produtividade e a modernização das operações correntes. O total dos dividendos declarados em 2012 foi de R\$ 627 milhões, correspondendo a 62% do lucro líquido consolidado do ano. À Monteiro Aranha, coube o montante de R\$ 34,3 milhões. O preço da ação da Ultrapar subiu de R\$ 32,01 no final de 2011 para R\$ 45,12 no final de 2012.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O setor imobiliário continua a ser uma das prioridades de investimento da Monteiro Aranha. A empresa tem suas origens no ramo imobiliário e de construção civil, tendo construído vários prédios importantes no eixo Rio de Janeiro - São Paulo durante a primeira metade do século passado. O prédio original da Academia Brasileira de Letras, construído pela Monteiro Aranha em 1921 para ser o Pavilhão da França no centenário da Independência, é um importante símbolo da presença da empresa neste setor naquele período.

A Monteiro Aranha acompanha com interesse e atenção o potencial de desenvolvimento imobiliário do Rio de Janeiro e outras capitais, tanto empreendimentos comerciais como residenciais, e para isto tem despendido grande esforço na análise de oportunidades de investimento nesta cidade e em outros centros urbanos importantes.

No final de 2012, o FIP Petra participava através de SPE's , uma delas com participação de acionistas europeus, de 09 projetos imobiliários de prédios comerciais e residenciais no Rio de Janeiro e outras capitais, entre os quais destacam-se o projeto de um prédio de lajes corporativas e padrão AAA no centro do Rio de Janeiro, cuja construção está prevista para se iniciada em Abril/2013 e um investimento em torres residenciais e comerciais em Del Castilho, Rio de Janeiro. No Exercício concluímos com sucesso a entrega aos proprietários do nosso primeiro empreendimento em Cordovil – Rio de Janeiro. Durante o ano de 2013 temos a expectativa de entregarmos mais 02 outros empreendimentos.

Esses projetos estão sendo desenvolvidos em parceria com algumas das maiores empresas do setor imobiliário no país, dentre elas: PDG, Cyrela, Rossi, Espírito Santo Properties e Concal.

A empresa está confiante que terá excelentes oportunidades de investimento no setor imobiliário, tanto residencial como comercial, nos próximos anos e crê que essas iniciativas impulsionarão o seu crescimento no futuro.

1 Informações gerais

A Monteiro Aranha S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, domiciliada no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Ladeira de Nossa Senhora, 163, Glória, que tem como atividade principal a participação societária em outras empresas e, também: (a) a realização de negócios ou serviços relativos à engenharia civil, a construção e a incorporações; (b) a execução de serviços públicos por concessão ou empreitada, por conta própria ou de terceiros; (c) a prática de atos de intermediação comercial, por conta própria ou na qualidade de agente, representante ou consignatário; (d) a exploração de indústria, existente ou a ser constituída, mediante prévia reforma estatutária para expressa indicação do tipo ou objeto da indústria a ser explorada; (e) a importação e exportação de bens e serviços; e (f) a realização, por conta própria ou de terceiros, de estudos e projetos de investimentos agrícolas, industriais ou financeiros.

As atividades operacionais das empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão descritas na Nota 2.2.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto pelos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (mensurados ao valor justo).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Monteiro Aranha S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Notas Explicativas

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, porém é válido mencionar que a Companhia adotou de forma antecipada em 31 de dezembro de 2011 o pronunciamento do IFRS 11 – “Acordos em Conjunto”, emitido em maio de 2011 e cujo método de consolidação proporcional não foi mais permitido com controle conjunto. (Nota 2.21).

2.2 Consolidação

As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as da controladora.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e fundos exclusivos. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e fundos exclusivos são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia possui as seguintes participações em suas investidas controladas:

	Participação	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Empresas controladas			
Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.	Direta	99,99	99,99
Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.	Direta	99,99	99,99
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	99,99	99,99
Fundos exclusivos			
Oslo Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado (*)	Direta	100,00	100,00
Bucareste III Fundo de Investimentos em Ações	Direta	100,00	

(*) Contempla os fundos exclusivos Bucareste Fundo de ações, Bucareste II Fundo de Investimentos em Ações e Fundo de Investimento e Participações Petra.

As atividades principais das empresas controladas são conforme segue :

- (a) **Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.:** Serviços de corretagem e administração de seguros
- (b) **Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.:** Prestadora de serviços de assessoria, consultoria e administração em relação a investimentos no mercado imobiliário.
- (c) **Timbutuva Empreendimentos Ltda.:** Participação em empreendimentos imobiliários e possibilidade de participação em outras empresas.
- (d) **Oslo Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado:** Fundo de investimento criado em 2010. A composição de seus ativos é basicamente a participação nos fundos de investimentos Bucareste Fundo de Investimento em Ações ("Fundo Bucareste"), Bucareste II Fundo de Investimento em Ações e Fundo de Investimentos em Participações Petra ("Fundo Petra"), cujas naturezas encontram-se a seguir detalhadas:

(d.1) **Bucareste Fundo de Investimento em Ações:** Fundo de investimento criado em 2010, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado de duração.

(d.2) **Fundo de Investimento em Participações Petra:** Fundo de investimento criado em 2010 que possui como carteira de ativos as participações acionárias nas seguintes empresas: (a) Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (50% sobre o capital social), (b) Novo Rio Empreendimentos Imobiliários S.A. (50% sobre o capital social) e (c) Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (40% sobre o capital social).

Os investimentos na Owens Illinois do Brasil Indústria e Comércio S.A., Owens Illinois do Brasil S.A. e Companhia Industrial São Paulo e Rio foram alienados em 30 de maio de 2011.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras das coligadas, controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto e fundo exclusivo são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada, controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer

Notas Explicativas

outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia possui as seguintes participações em suas investidas coligadas e controladas em conjunto:

Coligadas	Participação	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ultrapar S.A.	Direta	4,64	4,64
Klabin S.A.	Direta	9,54	10,85
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	Direta	10,00	10,00

As atividades principais das empresas coligadas são conforme segue:

- Ultrapar Participações S.A.:** Tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços e em atividades congêneres, inclusive pela subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras empresas. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis claros/lubrificantes e atividades relacionadas ("Ipiranga"), na produção e na comercialização de produtos químicos ("Oxiten") e na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos ("Ultracargo"). Também atua na atividade de refino de petróleo, através de participação na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("RPR").
- Klabin S.A.:** Atua em segmentos da indústria de papel para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais.
- Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.:** Tem por objetivos específicos a promoção, incorporação, construção, venda e realização do empreendimento imobiliário que será desenvolvido no imóvel constituído pelos prédios localizados na Rua Maestro Joaquim Capocchi, 136, e seu terreno, situado nos lotes nº 01 a nº 33, da quadra 18, de Jurubatuba, nº 32, Subdistrito Capela do Socorro, na Capital do Estado de São Paulo, devidamente inscrito na matrícula nº 1.821 no 11º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo.

Controladas em conjunto	Participação	Participação no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.	Direta	40,00	40,00
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Indireta	50,00	50,00
Novo Rio Empreendimento Imobiliários S.A.	Indireta	50,00	50,00
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	Indireta	40,00	40,00
Telecel Participações Ltda.	Direta	33,33	33,33

As atividades principais das empresas controladas em conjunto são conforme segue:

- Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.:** Tem como finalidade promover, mediante incorporação, construção, realização e venda empreendimento imobiliário residencial, de imóvel situado no bairro de Realengo, Estado do Rio de Janeiro.
- Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.:** Com início em 18 de junho de 2009, tem por objetivo a incorporação de empreendimentos imobiliários no segmento econômico de média e baixa rendas, destinados à venda, loteamentos, compra e venda de imóveis, gestão imobiliária e cobranças, podendo participar do capital social de outras empresas na qualidade de sócia-cotista ou acionista, bem como realizar investimentos em empreendimentos imobiliários por quaisquer meios.

Notas Explicativas

- (f) **Telecel Participações Ltda.:** Participação em sociedade ou sociedades que tenham por objeto a implantação, prestação e operação de serviços na área de telecomunicações.
- (g) **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.:** Com início em 30 de junho de 2010, tem como objetivo promover, mediante incorporação, construção, realização, locação para viabilizar eventual venda de empreendimento imobiliário comercial.
- (h) **Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.:** Sociedade de propósito específico, tendo por objetivo social única e exclusivamente o planejamento, a promoção, venda e recebimento integral de todas as parcelas decorrentes da alienação de unidades habitacionais desenvolvidas sob regime de incorporação imobiliária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos são:

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e o registro das receitas e despesas dos períodos, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e as revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber", "Dividendos a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 4, 6 e 7).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Notas Explicativas

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

Notas Explicativas

- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.7 Títulos e valores mobiliários

Refletem as aplicações que, apesar de apresentarem liquidez, não se enquadram nas demais condições para serem consideradas como equivalente de caixa. Além disso, inclui o fundo exclusivo que possuiu uma carteira de ações de empresas negociadas em bolsa de valores e estão avaliadas pelo custo de aquisição ajustado pela cotação do papel na data do balanço, bem como títulos de renda fixa emitidos pelo governo e bancos privados.

2.8 Estoques de imóveis a comercializar (consolidado)

Os estoques são demonstrados ao custo histórico dos terrenos adquiridos para futuras incorporações e melhorias realizadas (Nota 9).

2.9 Propriedades para investimentos

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Notas Explicativas

As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

A metodologia de reavaliação da propriedade para investimentos encontra-se detalhada na Nota 12.

2.10 Imobilizado

Veículos, equipamentos de informática e móveis e utensílios estão mensurados ao valor de custo histórico menos depreciação acumulada. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Conforme faculdade estabelecida pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo pronunciamento técnico CPC 27 - IAS 16, a Companhia optou pelo “*deemed cost*” durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência às IFRSs em 1º de janeiro de 2009.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário. As vidas úteis dos ativos da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto estão demonstradas na Nota 13.

2.11 Intangível

É demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. Gastos com pesquisa de novos produtos e técnicas utilizadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são registrados no resultado do exercício como despesa, à medida que são incorridos.

2.12 Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos àquela obrigação.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Quando a avaliação pressupõe chances de perda prováveis, são constituídas as devidas provisões relacionadas aos referidos riscos. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa, mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros (Nota 14).

2.13 Imposto de renda e contribuição Social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado,

Notas Explicativas

exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.14 Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada na modalidade de contribuição definida e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita de equivalência é reconhecida pelos resultados apurados pelo método de equivalência patrimonial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva. Os dividendos a receber de investimentos são reconhecidos quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor possa ser mensurado com confiabilidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Notas Explicativas

(b) Receita de *royalties*

A receita de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os demais valores a respeito das transações entre o Grupo e as outras partes relacionadas estão apresentados na Nota 8.

2.18 Lucro líquido por ação

A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

2.19 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Tem por finalidade evidenciar a riqueza (ou o consumo) da Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras, e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.20 Apresentação das demonstrações por segmento

As receitas da Companhia são de equivalência patrimonial, portanto, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada.

2.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Notas Explicativas

Exceto pelo IFRS 11, a Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IAS 1	IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.	A Alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
O IFRS 9	O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9.	A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
IAS 19	IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo.	A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10	O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10.	A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11	IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos,	A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, porém a Companhia já adotou de forma antecipada baseada no CPC 19 Revisado

Notas Explicativas

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.	em 31 de dezembro de 2011.
IFRS 12	O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12.	A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13	IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13.	A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

3 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A seguir apresentamos as principais estimativas desse exercício :

(a) Estimativas do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Notas Explicativas

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Os saldos de ativos e passivos financeiros da controladora são iguais ao do consolidado.

	31/12/12		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
CDB		39.980	
Ações	285.765		
Debêntures		70.487	
Títulos públicos	29.304		
	315.069	110.467	
	31/12/11		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
CDBs		93.895	
Ações	175.237		
Debêntures		69.351	
Títulos públicos	7.472		
	182.709	163.246	

As especificações encontram-se detalhadas na Nota 5.

Notas Explicativas**(b) Impostos diferidos passivos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, decorrentes substancialmente de: e ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos, inclusos no Regime Tributário de Transição - RTT que são: custo atribuído aos ativos imobilizados, propriedades para investimento e ganho financeiro incorrido pelos fundos de investimentos exclusivos.

Considerando a forma de tributação específica quando do resgate das cotas dos fundos de investimentos, que é tributar o mesmo quando do resgate de suas cotas, todo resultado financeiro tem sido base para constituição dos impostos diferidos.

3.2 Instrumentos Financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

31/12/12			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Aplicações financeiras	425.536		425.536
Caixa e bancos		3.421	
Contas a receber		973	
Dividendos a receber		10.510	
	425.536	14.904	425.536
31/12/11			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Aplicações financeiras	345.955		
Caixa e bancos		457	
Contas a receber		791	
Dividendos a receber		7.169	
	345.955	8.417	345.955

Notas Explicativas**4 Caixa e equivalente de caixa**

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez com vencimento original de três meses ou menos da data de sua contratação e classificada como mantidas para negociação com liquidez imediata em instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	3.421	457	3.468	517
Aplicações financeiras	39.980	23.811	39.980	23.811
	43.401	24.268	43.448	24.328

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e debêntures emitidas por essas instituições, com liquidez imediata por meio do compromisso de recompra assumido formalmente por essas instituições, vinculados a percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxa média de remuneração de 6,90% e cujos vencimentos terão início em maio de 2013 e encerrarão em maio de 2015.

5 Títulos e valores mobiliários - controladora e consolidado

As aplicações financeiras avaliadas a valor justo estão representadas por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs – operações compromissadas - emitidos por instituições financeiras, e possuem compromisso de recompra com prazo pré-determinado, vinculados ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Apesar de apresentarem liquidez imediata, não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalente de caixa.

As aplicações em ações e renda fixa encontram-se ajustadas aos seus valores justos. Tais ativos financeiros foram classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. Foi considerado como a hierarquia do valor justo pelo nível 1 como preços negociados (sem ajustes) em mercado ativo para ativos idênticos ou passivos, conforme pronunciamento técnico CPC 40.

Notas Explicativas

		Controladora e consolidado	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Vencimento		
Debêntures (a)	De maio de 2013 a maio de 2015	70.487	69.351
Total Debêntures		70.487	69.351
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (a)	De fevereiro de 2015 a março de 2015	-	70.084
Títulos públicos (b)		29.304	7.472
Aplicação em ações (c)		285.765	175.237
Total Fundos Exclusivos		315.069	252.793
Total de Títulos e valores mobiliários		385.556	322.144

(a) As aplicações financeiras avaliadas a valor justo estão representadas por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e debêntures - operações compromissadas - emitidos por instituições financeiras, e possuem compromisso de recompra com prazo pré-determinado, vinculados ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Apesar de apresentarem liquidez imediata, não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalente de caixa.

(b) Aplicação em renda fixa, composta por títulos públicos federais com vencimentos de acordo com a regra de enquadramento do Fundo de longo prazo, valorizada pela taxa Selic.

Em 13 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu o fundo de investimento exclusivo, denominado Oslo Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado ("Fundo Oslo"), destinado a um único investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04.

(c) O Fundo Oslo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 20 anos, contados da data de integralização de cotas, investindo predominantemente em outros dois fundos:

- Fundo de Investimento em Participações Petra (vide valores na Nota 11).
- Bucareste Fundo de Investimento em Ações – I e II (vide valores na Nota 5 (d)).

O objetivo do Fundo Oslo é proporcionar ganhos de capital através de aplicação de recursos em cotas de fundo de investimento de diferentes classes, além de outras modalidades operacionais.

Em maio de 2012, com o objetivo de diversificar seus investimentos em carteiras de ações cotadas em bolsa de valores e aplicação em renda fixa, a Companhia criou dois novos fundos de investimentos exclusivos sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado de duração: Bucareste II Fundo de Investimento em Ações, através do Fundo Oslo e o Bucareste III Fundo de Investimento em Ações. A Administração dos Fundos será exercida pelo Banco Modal e a gestão da carteira compartilhada pelo BESAF - BES Ativos Financeiros Ltda. e Banco Modal.

Notas Explicativas

As aplicações em ações e renda fixa encontram-se ajustadas aos seus valores justos. Tais ativos financeiros foram classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. Para as ações foi considerado como a hierarquia do valor justo pelo nível 1 como preços negociados (sem ajustes) em mercado ativo para ativos idênticos ou passivos, conforme pronunciamento técnico CPC 40.

- (d) O detalhamento das carteiras em ações , integrante da carteira dos fundos se dá como segue:

Bucareste

Ações	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
AES Tietê	5.320	17.133
Ambev	19.018	19.805
Banco do Brasil	8.493	9.996
Bradesco		1.568
Brasil Insurance	3.974	
Brasil Telecom		5.885
CELESC	2.638	
Cielo	2.239	19.974
Contax	1.235	
Copel	4.279	
Eletropaulo		16.962
Energias BR		8.649
Helbor	8.157	
Itaú Unibanco	7.356	3.807
Light	2.678	16.243
Metal Leve	7.093	
Oi S.A.	2.521	
Redecard		16.338
Santos BRP	1.460	
Souza Cruz		5.794
Sul América	5.402	
Telefônica Brasil	15.464	15.772
Telemar		6.152
Tractebel	3.035	
Trans Aliança (Taesa)	20.088	
Vale	11.566	
Outros	1.977	11.159
Total Bucareste	<u>133.993</u>	<u>175.237</u>

Notas Explicativas**Bucareste II**

Ações	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ambev	7.488	
Banco do Brasil	2.114	
Brasil Brokers	3.512	
Brasil Insurance	2.892	
Coelce	1.656	
Comgas	11.636	
Copel	2.054	
Geração Tietê	4.928	
ITAU Unibanco	7.683	
Mahle Metal Leve	10.500	
Sul América	7.802	
Telefônica Brasil	12.392	
Tractebel	2.845	
Trans Aliança (Taesa)	10.399	
Vale	12.441	
Total Bucareste II	100.342	

Bucareste III

Ações	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ambev	3.817	
Banco do Brasil	1.060	
Brasil Brokers	1.860	
Brasil Insurance	1.668	
Coelce	828	
Comgas	5.967	
Copel	1.046	
Geração Tietê	2.663	
ITAU Unibanco	3.910	
Mahle Metal Leve	5.400	
Sul América	3.993	
Telefônica Brasil	6.302	
Tractebel	1.427	
Trans Aliança (Taesa)	5.199	
Vale	6.290	
Total Bucareste III	51.430	
Total das Carteiras de Ações	285.765	175.237

Notas Explicativas**6 Dividendos a receber**

	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ultrapar Participações S.A.	9.621	7.022
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	889	
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.		147
	<u>10.510</u>	<u>7.169</u>

7 Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante	Notas				
"Royalties" partes relacionadas	8.a e 16	401	378	401	378
Aluguéis	16	327	258	327	258
Adiantamentos a receber		245	155	249	160
		<u>973</u>	<u>791</u>	<u>977</u>	<u>796</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não apresentavam valores a receber passíveis de provisionamento.

A Administração julgou não haver necessidade de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8 Partes relacionadas**(a) Saldos e transações com partes relacionadas**

ATIVO	Ativo circulante		Ativo não circulante		Resultado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Controladora						
Klabim S.A. (*)	401	378			5.128	4.670
Ultrapar Participações S.A.	9.621	7.022				
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	889					
Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.				63		
Telecel Participações Ltda.			1	1		
Timbutuva Empreendimentos Ltda.				326		
Monteiro Aranha Gestão de Investimento Imobiliário S.A.				643		
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.			30	30		
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.		147		180		
		<u>147</u>		<u>180</u>		
Total	<u>10.911</u>	<u>7.547</u>	<u>31</u>	<u>1.243</u>	<u>5.128</u>	<u>4.670</u>

Notas Explicativas

Consolidado					
Klabin S.A. (*)	401	378		5.128	4.670
Ultrapar Participações S.A.	9.621	7.022			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	889				
Telecel Participações Ltda.			1	1	
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.			30	30	
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.		147		180	
Total	10.911	7.547	31	211	5.128
					4.670

PASSIVO	Passivo circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Controladora						
Telecel Telecomunicações Ltda.			30	30		
Total			30	30		
Consolidado						
Telecel Telecomunicações Ltda.			30	30		
Total			30	30		

(*)Receitas referentes ao licenciamento de uso de marca - “royalties” (vide Nota 16).

Para os saldos de partes relacionadas não há provisão para perdas nos períodos reportados.

As operações de mútuo com partes relacionadas não têm prazos definidos para liquidação e não estão sujeitas a encargos financeiros.

Não existem garantias dadas ou recebidas entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração da Administração deve ser fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria nos exercícios reportados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conselho de Administração e Diretoria	<u>7.023</u>	<u>5.702</u>	<u>8.558</u>	<u>7.062</u>

A remuneração da Administração contempla os honorários, as remunerações variáveis e as contribuições feitas pela Companhia no plano de previdência privada (outros benefícios de longo prazo) dos diretores e membros do Conselho de Administração.

A Companhia não possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

Notas Explicativas**9 Estoque de imóveis a comercializar (Consolidado)**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo é composto pelos custos históricos dos terrenos adquiridos da investida Timbutuva, para futuras incorporações e melhorias realizadas, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Campo Largo - Paraná	10.582	9.700
	<u>10.582</u>	<u>9.700</u>

10 Impostos a recuperar

Na controladora e consolidado, esta conta é representada principalmente por imposto de renda sobre aplicações financeiras, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
IRRF	2.445	2.806	2.527	2.866
CSLL			10	
Total	<u>2.445</u>	<u>2.806</u>	<u>2.537</u>	<u>2.866</u>

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não prevê riscos de não realização desses créditos tributários.

Notas Explicativas**11 Investimentos**

Descrição	Percentual (%)	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Adições	Dividendos	Baixas	Resultado abrangente	Subtotal	Equivalência patrimonial
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	99,99	10.645	589				11.234	(290)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	783		(454)	(283)		46	5
Klabin S.A.	9,5437	539.547		(25.264)	(70.844)	(250)	443.189	74.167
Ultrapar Participações S.A.	4,6476	257.769		(27.996)		783	230.556	47.849
Telecel Participações Ltda.	33,33	28					28	
Masa Corretagem de Seguros Ltda.	99,99	-	121				121	(57)
Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.	99,99	-	1.469				1.469	(749)
Oslo Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado	100,00	9.420	5.898	(2.571)			12.747	2.304
		<u>818.193</u>	<u>8.078</u>	<u>(56.285)</u>	<u>(71.128)</u>	<u>533</u>	<u>699.390</u>	<u>123.229</u>

A empresa controlada em conjunto Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S/A. apresenta passivo a descoberto e por isso não consta no quadro de investimento acima.

A Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por não ter participação operacional e financeira de tais entidades.

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Percentual (%)</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Baixas</u>	<u>Resultado abrangente</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>T</u>
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	99,99	10.952	-	-	-	-	10.952	(307)	
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. (a)	10,00	2.015	-	(147)	(1.700)	-	168	615	
Klabim S.A.	10,88	541.728	-	(21.838)	-	176	520.066	19.481	
Ultrapar Participações S.A.	4,6446	239.353	-	(21.897)	-	779	218.235	39.534	
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	-	-	-	-	28	-	
Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.	99,99	20	-	-	-	-	20	(20)	
Monteiro Aranha Gestão de Investimento Imobiliário S.A	99,99	232	-	-	-	-	232	(232)	
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.(a)	40,00	332	-	-	-	-	332	(332)	
Oslo Fundo de Investimentos em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado/ Petra	100,00	<u>88.247</u>	<u>750</u>	<u>(16.759)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.238</u>	<u>157.180</u>	
		<u>882.907</u>	<u>750</u>	<u>(60.641)</u>	<u>(1.700)</u>	<u>955</u>	<u>822.271</u>	<u>215.919</u>	

(*) Corresponde aos rendimentos auferidos pelos fundos de investimentos Bucareste que foram transferidos para as aplicações em títulos.

(a) Demonstrações financeiras não examinadas por auditores independentes.

Notas Explicativas

		31 de dezembro de 2012				
Empresas (a)	Participação	Milhares de ações ou cotas possuídas		Participação sobre o capital votante %		Resultado abrangente
		ON	PN	Participação sobre o capital total (%)	Patrimônio líquido	
Timbutuva	Direta	11.897		99,99	10.944	(290)
Vista Golf	Direta	284		10,00	492	46
Telecel	Direta	370		33,33	85	-
Masa Corretagem	Direta	2.644		99,99	30	(57)
Magisa	Direta	386		99,99	(64)	(814)
Realengo	Direta	4	1.600	40,00	(228)	(4)
Empresas (b)						
Klabin S.A.	Direta	63.459	21.184	20,02	5.420.921	2.072
Ultrapar	Direta	24.898		10,54	5.990.241	16.877
Empresas (c)						
Mapisa	Indireta	11.100		50,00	22.494	4.922
Oslo/Petra	Direta			100,00	276.103	15.634

		31 de dezembro de 2011				
Empresas (a)	Participação	Milhares de ações ou cotas possuídas		Participação sobre o capital votante %		Resultado abrangente
		ON	PN	Participação sobre o capital total (%)	Patrimônio líquido	
Timbutuva	Direta	11.897		99,99	10.646	(307)
Vista Golf	Direta	284		10,00	7.829	5.905
Telecel	Direta	370		33,33	85	-
Masa Corretagem	Direta	2.644		99,99	(33)	(55)
Magisa	Direta	386		99,99	(720)	(952)
Realengo	Direta	4	1.600	40,00	817	(11)
Empresas (b)						
Klabin S.A.	Direta	63.459	33.136	20,02	4.958.302	1.622
Ultrapar	Direta	24.898		4,57	5.551.067	16.767
Empresas (c)						
Mapisa	Indireta	4.557		50,00	14.895	2.726
Novo Rio	Indireta	1.980		50,00	3.930	(10)
Carapa	Indireta	4		40,00	10	
Oslo/Petra	Direta			100,00	260.469	157.180

Notas Explicativas

(a) Informações sobre as principais investidas consolidadas e mantidas por equivalência patrimonial

CONTROLADAS

	Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.		Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.		Timbutuva Empreendimentos Ltda.		Fundo Oslo		Bucarest III	
Ativo	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante	45	39	94	72	4	14	5	12	5	5
Não circulante (*)			2	3	10.961	10.967	276.144	260.468	52.692	52.692
Total do ativo	45	39	96	75	10.965	10.981	276.149	260.480	52.697	52.697
Passivo										
Circulante	15	9	160	152	11	9	46	11	160	160
Não circulante		63		643		326				
Total do passivo	15	72	160	795	11	335	46	11	160	160
Patrimônio líquido	30	(33)	(64)	(720)	10.954	10.646	276.103	260.469	52.537	52.537
Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	30 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado do período	(57)	(55)	(814)	(952)	(280)	(307)	15.634	157.280	1.537	1.537

Total do ativo	25	26	12.445	7.958	29	29	7.322	5.290	15.247	444
Passivo										
Circulante	116	1	1.120	22			3.141	3.145	4.615	
Não circulante		115	78	484	1	1	377	180		440
Total do passivo	116	116	1.198	506	1	1	3.518	3.325	4.615	440
Patrimônio líquido	(91)	(90)	11.247	7.452	28	28	3.804	1.965	10.632	4
Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado do período	(2)	(421)	2.461	1.368		(17)	(5)	(581)	(1)	

COLIGADAS

	Ultrapar S.A.		Klabin S.A.		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	
Balanco patrimonial	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo						
Circulante	7.176.570	6.575.494	4.432.090	4.083.482	3.115	10.227
Não circulante	8.123.355	7.167.245	9.665.813	8.658.113	978	1.942
Total do ativo	15.299.925	13.742.739	14.097.903	12.741.595	4.093	12.169
Passivo						
Circulante	3.749.452	4.097.776	1.767.389	1.932.606	3.517	4.145
Não circulante	5.534.732	4.067.727	6.909.593	5.850.687	84	195
Total do passivo	9.284.189	8.165.503	8.676.982	7.783.293	3.601	4.340
Patrimônio líquido						
Controladores	5.990.241	5.551.067	5.420.921	4.958.302	492	7.829
Não controladores	25.495	26.169				
Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado do período	1.017.864	854.787	751.965	182.721	46	5.905

Notas Explicativas**12 Propriedades para investimento**

A Companhia contratou avaliadores independentes para a revisão da vida útil que emitiram laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2012. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes, consideraram a razoabilidade da metodologia, premissas e critérios adotados na determinação do valor de mercado de ativos de propriedade do grupo Monteiro Aranha observando-se as práticas geralmente aceitas e normas técnicas de avaliação vigentes.

Com base no laudo apresentado houve modificação na estimativa de vida útil das propriedades para investimento constituídas.

Descrição	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor justo	27.812	21.385
Propriedades para investimento constituídas	27.812	21.385

Descrição	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo no início do período	21.385	18.535
Ajuste conforme laudo de avaliação	6.427	2.850
Saldo no fim do período	27.812	21.385

Notas Explicativas**13 Imobilizado****(a) Composição do imobilizado**

Controladora	31/12/2012			31/12/2011
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	5.679	-	5.679	5.679
Edifícios e benfeitorias	15.114	(1.438)	13.676	14.035
Instalações	1.233	(227)	1.006	1.050
Veículos e equipamentos de informática	1.615	(929)	686	1.019
Outros	<u>972</u>	<u>(590)</u>	<u>382</u>	<u>229</u>
Total	<u>24.613</u>	<u>(3.184)</u>	<u>21.429</u>	<u>22.012</u>

Consolidado	31/12/2012			31/12/2011
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	5.679	-	5.679	5.679
Edifícios e benfeitorias	15.148	(1.446)	13.702	14.063
Instalações	1.233	(227)	1.006	1.050
Veículos e equipamentos de informática	1.634	(948)	686	1.023
Outros	<u>1.000</u>	<u>(606)</u>	<u>394</u>	<u>1.124</u>
Total	<u>24.694</u>	<u>(3.227)</u>	<u>21.467</u>	<u>22.939</u>

(b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Veículos e equipamentos de informática	Outros	Total
Custo						
Em 31 de dezembro de 2011	5.679	15.114	1.222	2.218	766	24.999
Adições			5	591	221	817
Transferências (*)			6		(6)	
Baixas				(1.194)	(9)	(1.203)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>5.679</u>	<u>15.114</u>	<u>1.233</u>	<u>1.615</u>	<u>972</u>	<u>24.613</u>
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2011		(1.079)	(172)	(1.199)	(537)	(2.987)
Adições		(359)	(55)	(414)	(53)	(881)
Baixas				684		684
Em 31 de dezembro de 2012		<u>(1.438)</u>	<u>(227)</u>	<u>(929)</u>	<u>(590)</u>	<u>(3.184)</u>
Líquido	<u>5.679</u>	<u>13.676</u>	<u>1.006</u>	<u>686</u>	<u>382</u>	<u>21.429</u>

Notas Explicativas

	Consolidado					
		Edifícios e benfeitorias	Instalações	Veículos e equipamentos de informática	Outros	Total
Custo	Terrenos					
Em 31 de dezembro de 2011	5.679	15.148	1.222	2.237	1.676	25.962
Adições			5	591	222	818
Transferências (*)			6		(889)	(883)
Baixas				(1.194)	(9)	(1.203)
Em 31 de dezembro de 2012	5.679	15.148	1.233	1.634	1.000	24.694
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2011		(1.085)	(172)	(1.217)	(549)	(3.023)
Adições		(361)	(55)	(415)	(57)	(888)
Baixas				684		684
Em 31 de dezembro de 2012		(1.446)	(227)	(948)	(606)	(3.227)
Líquido	5.679	13.702	1.006	686	394	21.467

* O valor de R\$ 889 – contabilizado anteriormente em Outros refere-se a imobilizações em curso que após conclusão do processo foi transferido para a conta de estoque de imóveis a comercializar.

(c) Método de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edifícios e construções, máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio de empresa terceirizada especializada no assunto.

O quadro a seguir demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 1º de janeiro de 2009, definida com base na vida útil-econômica dos ativos:

	Taxa anual de Depreciação (%)	Taxa Reavaliada (%)
Controladora e consolidado		
Edifícios e benfeitorias	4	2,4
Instalações	10	6,3
Veículos	20	20
Equipamentos de informática	20	20
Móveis e utensílios	10	10

A alteração nas taxas do cálculo da depreciação foi tratada como uma mudança de estimativa, a qual, de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, tem seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva, não havendo a necessidade de retroagir os efeitos da depreciação com as taxas revisadas.

Notas Explicativas

(d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("*impairment*")

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a administração efetuou a análise da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado para as contas de veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática, conforme preconizado pelo pronunciamento técnico CPC 01 - Redução do valor recuperável dos ativos e após as avaliações foram concluídos que não eram requeridos ajustes.

(e) Adoção do custo atribuído ("*deemed cost*")

Conforme faculdade estabelecida pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo pronunciamento técnico CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou, durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência às IFRSs, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado para terrenos, edifícios e instalações.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação, gerando um aumento de R\$18.053 no custo registrado no ativo imobilizado no balanço patrimonial de abertura na controladora e no consolidado. Sobre o saldo foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no valor de R\$ 6.138 em 01 de janeiro de 2009.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

14 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Não existem contingências tributárias, cíveis e trabalhistas ou que tenham sido avaliadas como de perda provável e que devessem ser provisionadas nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em ações no âmbito cujo valor é de R\$ 296 (296 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia entende que vem cumprindo com todas as obrigações e apresentou impugnação aos respectivos autos de infração informando as medidas que fora ou vêm sendo tomadas. Os consultores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda possível, portanto em 31 de dezembro de 2012 não foram registrados quaisquer valores nas demonstrações financeiras decorrentes dessas ações.

Notas Explicativas**15 Patrimônio líquido****(a) Capital**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está representado por 11.298.298 ações ordinárias, sem valor nominal, correspondentes a R\$ 600.000.

Em 31 de dezembro de 2010 os saldos das reservas de lucros superaram o capital social. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE ocorrida em 20 de julho de 2011, optou por não deliberar a destinação das referidas reservas. Em 21 de outubro de 2011 através da Assembleia Geral Extraordinária a Administração aprovou o aumento do capital social mediante capitalização do excesso de reserva de investimento

Acionistas	Ações ordinárias	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Espólio de Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho		1.626.653
Bradesco Capitalização S.A.	1.192.484	1.192.483
Fundo de Pensões do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa	1.167.621	1.168.121
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	2.981.061	2.945.311
Euroamerican Finance Corporation	869.820	869.820
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho	636.697	672.447
Ushuaia Gestão e Trading International Ltd.	492.923	492.923
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	807.856	482.526
Bradesco Vida Previdência	366.640	366.640
Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho	325.332	1
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	325.332	1
Ana Maria Monteiro de Carvalho	304.456	1
Astrid Monteiro de Carvalho	284.665	1
Monteiro Aranha Participações S.A.	186.848	165.973
Álvaro Luiz M. de Carvalho Garnero	119.927	119.927
Fernando Eduardo M. De C. Garnero	119.927	119.927
Mário Bernardo M. De Carvalho Garnero	119.927	119.927
Myrna Rita Monteiro de Carvalho Domit	119.927	119.927
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	119.927	119.927
Outros	756.928	715.762
	11.298.298	11.298.298

(b) Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro. Para todos os períodos apresentados, o lucro por ação diluído era mínimo e, consequentemente, a Companhia não tem apresentado o cálculo separado do montante de lucro por ação diluído.

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado básico e diluído por ação- Lucro líquido do período	172.670	181.048
Média ponderada de número de ações	11.298.298	11.298.298
Lucro básico e diluído por ação - em reais	R\$ 15,28	R\$ 16,02

Notas Explicativas**(c) Reservas****Reserva de lucros****(i) Reserva legal**

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas.

(ii) Reserva para investimento

Tem por finalidade financiar futuros projetos da Companhia, com base em orçamento de capital proposto pela Administração. Essa destinação está sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária, que irá deliberar sobre o balanço do exercício.

(iii) Excedente das reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, as reservas de lucros excederam o capital social em R\$ 26.471. A Assembleia deliberará sobre a aplicação do referido excedente, que poderá ser utilizado para integralização ou aumento de capital, desde que com a devida fundamentação ou distribuído como dividendos.

(d) Dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que são distribuídos aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais à sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.

Também é previsto no estatuto social a faculdade da Administração de distribuir dividendos intermediários durante o exercício de forma antecipada.

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma estabelecida pela legislação societária brasileira, podendo levantar balanços intermediários e declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços.

A Companhia através de Reunião de Diretoria realizada em 03 de janeiro de 2012 aprovou o pagamento de dividendos antecipados no montante de R\$ 10.000 (R\$ 885,09 por lote de mil ações) pago em 18 de janeiro de 2012.

A Companhia através de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 06 de agosto de 2012 rratificou a Ata de Reunião de Diretoria realizada em 03 de janeiro de 2012, que aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.000, como antecipação do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2011.

A Companhia através de Reunião de Diretoria realizada em 15 de março de 2012, aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio atribuído ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2012 no montante de R\$ 26.000 (R\$ 2.301,23 por lote de mil ações) pago em 30 de março de 2012.

Notas Explicativas

A Companhia através de Reunião de Diretoria realizada em 29 de março de 2012, aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio atribuído ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2012 no montante de R\$ 20.200 (R\$ 1.787,89 por lote de mil ações) pagos em 29 de junho de 2012 (R\$11.774) e 05 de outubro de 2012 (R\$8.426).

A Companhia através de Reunião de Diretoria realizada em 19 de setembro de 2012 aprovou o pagamento de parte do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011, no montante de R\$ 2.344 (R\$ 251,69 por lote de mil ações) pago em 05 de outubro de 2012.

Dividendo adicional proposto

Constituído com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto à sua distribuição.

O dividendo no exercício foi calculado como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Reais por mil ações</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Reais por mil ações</u>
Lucro líquido do exercício	172.670		181.048	
Reserva legal	(8.633)		(9.052)	
Realização do custo atribuído ao Imobilizado	<u>416</u>		<u>416</u>	
Base de cálculo	164.453		172.412	
Percentual do dividendo	<u>25%</u>		<u>25%</u>	
Dividendo mínimo obrigatório	41.113	3.638,87	43.103	
Dividendos a provisionar	=		<u>43.103</u>	<u>3.815,00</u>
Dividendos antecipados	-		61.172	5.414,27
Juros sobre capital próprio (*)	<u>46.200</u>	4.089,11	<u>6.000</u>	<u>0.5311</u>
Total de dividendos	<u>46.200</u>	<u>4.089,11</u>	<u>67.172</u>	<u>5.945,32</u>

(*) Os juros sobre capital próprios referente ao exercício de 2012 foram pagos a título de dividendo mínimo obrigatório.

16 Outras receitas, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Receita de aluguéis de imóveis	4.209	3.736	4.209	3.736
Receita de "royalties" (a)	5.128	4.670	5.128	4.670
Venda e/ou serviços, líquida (b)	28.147	5	28.212	5
Avaliação de propriedade para investimento	6.427	2.805	6.427	2.805
Outras (c)	<u>25</u>	<u>50</u>	<u>34</u>	<u>155.946</u>
	<u>43.936</u>	<u>11.266</u>	<u>44.010</u>	<u>167.162</u>

(a) Referem-se a receitas de licenciamento de uso da marca da investida Klabin S.A.(Nota 7).

(b) Refere-se à venda de 11.952.100 ações preferenciais de nossa participação societária na investida Klabin S.A., ocorrida durante o mês de março de 2012, resultando na redução da participação de 10,85% para 9,55%.

Notas Explicativas

- (c) Refere-se substancialmente ao ganho de capital de R\$151.001 referente a venda de participações das coligadas: Companhia Industrial São Paulo e Rio – Cisper, Owens Illinois do Brasil Indústria e Comércio S.A. e Owens Illinois do Brasil S.A..

17 Despesas por natureza

A Companhia apresentou sua demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas com pessoal	18.209	16.252	20.440	18.145
Contratação de serviços	3.277	4.067	3.445	4.169
Despesas tributárias	1.282	999	1.308	1.101
Despesas com alugueis, publicações e doações	1.645	1.557	1.649	1.559
Depreciação e amortização	1.030	1.036	1.037	1.043
Outras despesas	1.819	1.473	1.862	1.799
	<u>27.262</u>	<u>25.384</u>	<u>29.741</u>	<u>27.816</u>

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	10.321	11.327	10.323	11.332
Ajuste a valor de mercado - aplicações em ações	34.403	21.210	34.403	21.210
Aluguel e aplicações em ações	5.620	4.693	5.620	4.693
Dividendos e Juros sobre capital próprio-ações	14.235		14.235	
Outras receitas financeiras	<u>108</u>	<u>130</u>	<u>111</u>	<u>131</u>
	<u>64.687</u>	<u>37.360</u>	<u>64.692</u>	<u>37.366</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor de mercado - aplicações	(18.768)		(18.768)	
Aluguel e aplicações em ações	(3.836)		(3.836)	
Outras despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(9)</u>
Total	<u>(22.605)</u>	<u>(7)</u>	<u>(22.605)</u>	<u>(9)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>42.082</u>	<u>37.353</u>	<u>42.087</u>	<u>37.357</u>

Notas Explicativas**19 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

Os encargos de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSL) na controladora e no consolidado estão reconciliados às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	181.985	239.154	181.985	239.154
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(61.875)	(81.312)	(61.875)	(81.312)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	41.898	73.413	42.270	20.880
Equivalência patrimonial oriunda do ganho na venda de investimento indireto		(49.429)		
Juros sobre capital próprio recebidos pelo Fundo Exclusivo		(1.066)		(1.066)
Juros sobre capital próprio deliberados no período	15.708	2.040	15.708	2.040
Ganho na Variação de Cotas do Fundo Oslo	(5.316)		(5.316)	
Outros	271	(1.752)	102	1.352
Imposto de renda e contribuição social, na demonstração do resultado	<u>(9.315)</u>	<u>(58.106)</u>	<u>(9.315)</u>	<u>(58.106)</u>

A Companhia, por ser um “*holding*” e seu resultado ser composto principalmente por equivalência patrimonial, não constitui IR diferido ativo.

(a) Natureza dos impostos diferidos passivos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição dos impostos diferidos passivos são oriundos da natureza dos seguintes ajustes:

Descrição	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Propriedades para investimento	23.183	16.756
Imobilizado	18.995	18.763
Ganho de capital na venda de investidas através do Fundo Oslo	145.379	145.379
Juros sobre capital próprio recebido pelo Fundo exclusivo	3.135	3.135
Valor auferido pelas aplicações financeiras registradas nos Fundos exclusivos	36.493	19.321
Ganho em investidas de Fundo exclusivo	3.564	
Base total dos impostos diferidos	<u>230.749</u>	<u>203.354</u>
Total do imposto diferido passivo (a alíquota de 34%)	<u>78.455</u>	<u>69.139</u>

20 Instrumentos financeiros**Gerenciamento de riscos**

Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos basicamente de títulos públicos, CDBs e ações de companhias listadas na BOVESPA (Nota 3.2)

Considerando o prazo e as características desses instrumentos que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20.1 Investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Os valores estimados de mercado em 31 de dezembro de 2012 dos investimentos em coligadas com ações negociadas em bolsa de valores encontram-se demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

- O investimento na coligada Klabin S.A., com valor contábil de R\$ 517.356, tem o seu valor de mercado estimado em R\$ 1.050.000 (base: 31 de dezembro de 2012).
- O investimento na coligada Ultrapar Participações S.A., com valor contábil de R\$ 278.406, em o seu valor de mercado estimado em R\$ 1.142.574 (base: 31 de dezembro e 2012).
- Os demais investimentos não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as cotas e ações dessas empresas não são negociadas em bolsa de valores.

Tal estimativa levou em consideração a quantidade de ações possuídas, valorizadas pela última cotação de mercado obtida na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Essa estimativa não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Como os principais ativos da Companhia são os investimentos na Ultrapar Participações S.A. e Klabin S.A., os riscos identificados por essas empresas são de crédito e de aplicação dos recursos, de exposição às variações cambiais e de taxas de juros. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das Informações Trimestrais dessas investidas.

20.2 Risco de liquidez e de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Todas as disponibilidades da Companhia são mantidas nas melhores instituições financeiras do País.

20.3 Instrumentos financeiros

A Companhia possui aplicações financeiras contratadas com bancos cujos valores refletem o mercado.

20.4 Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros são como segue:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>		<u>31 de dezembro de 2011</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	43.301	43.301	24.268	24.268
Títulos e valores mobiliários	385.556	385.556	322.144	322.144
Contas a receber	973	973	791	791
Partes relacionadas	31	31	1.243	1.243

20.5 Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Companhia e suas controladas mantêm parte substancial do caixa e equivalentes de caixa indexada à variação do CDI.

A Administração efetuou testes de sensibilidade, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% sobre o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Operação	Cenário provável	Cenário I -25%	Cenário II - 50%
Taxa média efetiva anual do CDI em 2012	8,40%	8,40%	8,40%
Caixa líquido	43.401	43.401	43.401
Taxa anual estimada do CDI para 2013	7,20%	5,40%	3,60%
Efeito anual no caixa líquido	(521)	(781)	(1.562)

20.6 Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não apresentavam saldos de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

20.7 Risco de volatilidade no preço das ações

O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos pelo Grupo e classificados no balanço patrimonial consolidado como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para administrar o risco decorrente de investimentos em ações, a carteira é diversificada, com gestão profissional, de acordo com os limites estabelecidos pelo Grupo.

Os investimentos do Grupo em ações são basicamente em empresas abertas, com ações negociadas na BMF BOVESPA.

20.8 Derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia, através de apólice contratada pelo Condomínio do Edifício Monteiro Aranha, possui seguros contra incêndio, raios, explosão, fumaça e danos elétricos das instalações de sua sede no valor de R\$ 6.215.

Da mesma forma, a Companhia, através de apólice contratada pelo Condomínio do Edifício Argentina, possui seguros contra incêndio, raios, explosão, fumaça e danos elétricos das instalações das 801, 802 e 16 vagas de garagem, classificadas como propriedades para investimento no valor de R\$ 27.812.

A Companhia possui ainda seguros com cobertura de responsabilidade de D&O – Directors and Officers, auto e riscos diversos para equipamentos móveis, no montante de R\$ 23.487.

22 Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de previdência privada. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

Previdência privada

O plano de previdência privada da Companhia foi constituído em dezembro de 1998 e é administrado por terceiros por intermédio de um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL. A parcela de contribuição mensal individual é constituída por 80% pela Companhia e o restante pelos empregados participantes do plano.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contribuiu com R\$ 863 (R\$747 em 31 de dezembro de 2011) ao Plano. Esses valores estão contabilizados como despesas nos respectivos resultados.

23 Eventos subsequentes

Nova estrutura de Fundos de Investimento

Em janeiro de 2013, com o objetivo de incrementar a governança e otimização de seus investimentos, a Companhia optou por uma nova estruturação dos Fundos, conforme a seguir:

SEGMENTO	FUNDOS DE INVESTIMENTOS		
	OSLO	PETRA	BUCARESTE III
Gestão	BES ATIVOS FINANCEIROS - BESAF	BANCO MODAL	CREDIT SUISSE HEDGING
Administração	BANCO MODAL	BANCO MODAL	CREDIT SUISSE HEDGING
Custódia	BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO	INTRAG DTVM

Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada proposta de aumento de capital social da Companhia, apresentada pela administração, por subscrição privada, no valor de até R\$ 220.000, mediante a emissão de até 1.794.307 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 122,61001043 por ação, a ser integralizado à vista, no ato da subscrição.

O Aumento de Capital efetivo foi de R\$ 116.838 integralizado mediante a capitalização de parte dos créditos de titularidade dos acionistas decorrente da distribuição extraordinária de dividendos, no montante de R\$220.000, aprovada na mesma Assembleia e em moeda corrente nacional, a critério do subscrito, totalizando a emissão de 952.923 ações ordinárias.

Venda de ações da Klabin

Em 20 de fevereiro de 2013 o Conselho de Administração aprovou a proposta de venda de ativos da Companhia com a finalidade de suprir o caixa para pagamento de dividendos extraordinários. A Companhia alienou, em 27 de fevereiro de 2013, a quantidade de 4.730.000 Ações Preferenciais da Klabin S.A. pelo valor de R\$60.132, apurando um ganho de R\$36.089 e alterando sua participação de 9,54% para 8,7%.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Monteiro Aranha S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Monteiro Aranha S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Monteiro Aranha S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Monteiro Aranha S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de maio de 2012, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Na qualidade de diretores da MONTEIRO ARANHA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Ladeira de Nossa Senhora, 163, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22211-100, inscrita no CNPJ sob o nº 33.102.476/0001-92, aprovamos as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e autorizamos as mesmas para fins de divulgação.

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 2013

Agílio Leão de Macedo Sobrinho
Dir. Pres./Rel. c/Investidor

Sérgio Alberto Monteiro de Carvalho
Dir. Vice-Presidente

Celi Elisabete Júlia M. de Carvalho Rosa
Dir. Vice-Presidente

Sérgio Francisco M. de Carvalho Guimarães
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, na qualidade de diretores da MONTEIRO ARANHA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Ladeira de Nossa Senhora, 163, Glória, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22211-100, inscrita no CNPJ sob o nº 33.102.476/0001-92, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, assim como com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, datado de 15 de maio de 2013.

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 2013.

Agílio Leão de Macedo Filho
Diretor Presidente/Relação com Investidor

Sérgio Alberto Monteiro de Carvalho
Diretor Vice-Presidente

Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho Rosa
Diretora Vice-Presidente Diretor

Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães